

CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA RURAL, EM SELVÍRIA (MS), SOBRE A VIDA NO CAMPO E O FUTURO

Characteristics and perceptions of students in a rural school in Selvíria (MS), about the life on the field and the future

Divanir Zaffani Sant Ana¹
Antonio Lázaro Sant'Ana²

¹**Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas**
Departamento de Geografia
Rua Gramado, 158. Bairro Morumbi, Ilha Solteira, São Paulo. CEP: 15385-000
nyllzaffani@hotmail.com

²**Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Ilha Solteira**
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia
Avenida Brasil, 56. Caixa Postal 31. Unesp. Ilha Solteira, São Paulo. CEP: 15385-000
lazaroz@agr.feis.unesp.br

RESUMO

A educação do campo busca valorizar e resgatar a cultura das pessoas que moram no campo por meio de conteúdos e metodologias que trabalham o cotidiano do aluno. Este estudo com os alunos da Escola Municipal Rural São Joaquim Pólo, em Selvíria (MS), teve como objetivo entender a visão dos alunos sobre o campo e seus projetos para o futuro, enquanto moradores e filhos de agricultores familiares assentados e de trabalhadores rurais de fazendas do entorno. A pesquisa envolveu 63 alunos dos 4º, 5º, 8º e 9º anos que responderam a um questionário, sendo que os alunos dos 4º e 5º anos fizeram ainda um desenho retratando a vida que levavam no campo. A análise dos resultados da pesquisa mostrou que a grande maioria dos alunos gosta de vários aspectos da vida no campo, mas a falta de infraestrutura mínima nos assentamentos e fazendas e também a luta diária de trabalho dos seus familiares, sem retorno financeiro suficiente para melhorar a condição de vida, leva quase todos a descartar o trabalho como agricultor e a maioria a desejar um futuro na cidade. Entre os alunos com menor idade há menor rejeição em continuar no campo, possivelmente porque ainda possuem uma relação mais lúdica com o meio rural.

Palavras-chave: Educação do campo. Profissão que os alunos almejam. Visão dos alunos sobre a vida do campo. Jovens rurais.

ABSTRACT

The countryside education seeks to value and redeem the culture of people who live in it through contents and methodologies that works students' day by day. This research with the students of Escola Municipal Rural São Joaquim Pólo, in Selvíria (MS), aimed to understand students' views about the countryside and their future projects, as residents and children of settled family farmers and rural workers from surrounding farms. The research involved 63 students from 4th, 5th, 8th and 9th grades who answered a questionnaire, and students of 4th and 5th grades has still made a drawing depicting the life they led on countryside. The results of the survey showed that most students enjoy several aspects of country life, but the lack of minimal infrastructure in the settlements and farms, and also the daily struggle of their relatives working without financial return enough to improve living conditions, leads almost all, to discard the work as a farmer, and the majority to want a future in the city. Among the younger students there is less refusal to continue in the countryside, possibly because they still have a more playful relationship with the rural environment.

Keywords: Rural education. Profession that students long for. Student's vision about the field life. Rural youth.

1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E JOVENS RURAIS

A educação no Brasil sempre foi pautada para atender ao interesse da elite. As escolas de qualidade foram destinadas a esse público que, desde o período da colonização, manteve o poder de decisão em todos os processos da aprendizagem.

Quando a classe popular começou a ter acesso à educação, o que lhes coube foi uma educação de baixa qualidade e de cunho alienante. Além disso, como o Brasil encontrava-se em processo de industrialização, a educação pública era dirigida para dar uma formação mínima ao indivíduo e focada, basicamente, para atender as exigências do mercado de trabalho e não para formar cidadãos críticos.

De acordo com Moreira (2009), no campo, a situação político-econômica foi dominada pela herança coronelista de nosso passado. Este espaço era relegado a uma condição marginal no processo de desenvolvimento do País e permanecia carente de qualquer política de bem-estar social.

Segundo Hage (2006) e Beltrame (2010), mesmo com o passar dos anos, vários problemas persistiram na área rural, envolvendo desde a infraestrutura até a qualidade do ensino ministrado. De modo geral, a manutenção das estradas é precária e não há conservação das escolas, que ficam esquecidas pelas políticas públicas da maioria dos municípios. Este descaso se reflete também na baixa qualidade do ensino oferecido, com professores mal remunerados e que não se sentem motivados para exercer um bom trabalho, como afirma Hage (2006):

No meio rural, os sujeitos se ressentem do apoio que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação deveriam dispensar às escolas, sentindo-se discriminados em relação às escolas da cidade, que assumem prioridade em relação ao acompanhamento pedagógico e formação dos docentes. Os gestores públicos justificam a ausência do acompanhamento pela falta de estrutura e pessoal suficiente para realizar a ação. Essas situações no conjunto associam a multissérie aos prejuízos na aprendizagem, motivando os sujeitos do campo, a considerá-la “um mal necessário” e perseguirem sua

transformação em turmas seriadas, como alternativa para que o sucesso na aprendizagem ocorra (HAGE, 2006, p.4).

Esta realidade também continuou a ser reproduzida nos assentamentos rurais. De acordo com os dados do 1º Censo Nacional da Reforma Agrária, de 1997, apresentados por Bergamasco (1997) e também por Silva (2010), a média nacional de analfabetismo nos assentamentos rurais era de 39,4%, com fortes diferenças regionais: enquanto no Sul a média de analfabetos era de 14%, no Nordeste chegava a 66,6%. Bergamasco (1997) destaca ainda que 97,6% dos titulares de lotes não estavam estudando, situação que demonstrava a carência de políticas públicas na área de Educação, dirigidas aos assentamentos rurais.

Silva (2010) afirma que diante do quadro dramático em que se encontrava a educação nos assentamentos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) promoveram o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera). Este evento ocorreu em Brasília, em 1997, dando origem ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

O Pronera surgiu oficialmente, por meio da Portaria nº 10/1998, para combater parte deste problema, pois seu objetivo principal é fornecer educação de qualidade para jovens e adultos (acampados e assentados) da reforma agrária.

Silva (2010) relata que, também em 1998, o MST e seus parceiros realizaram, na cidade de Luziânia (GO), a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, um marco para a política pública de alfabetização, escolarização e profissionalização na modalidade Educação de Jovens e Adultos em áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

A Educação do campo nasceu, portanto, da rejeição dos conteúdos e métodos alienantes da “educação rural” por parte dos movimentos sociais do campo e de instituições (igreja, universidades, ONGs, etc.) que os apoiavam. Estes movimentos se organizaram e começaram a reivindicar alguns direitos, por meio dos quais pudessem contribuir para a adaptação da educação às características desta população, propondo moldar a educação ao mundo do trabalho do campo e ao modo de vida das famílias.

Segundo Saviani (1997), nesta época, já havia respaldo legal para a implantação da Educação do Campo. A Lei 9.394/96, em seu artigo 28 determinava que na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de Ensino deveriam se adequar às peculiaridades da vida rural e de cada região. Os conteúdos curriculares e as metodologias deveriam ser apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos na zona rural. A organização escolar teria que incluir o ajuste do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e à adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Estas adaptações são necessárias, pois como ressaltam Fernandes e Molina (2004):

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nesses grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo. (FERNANDES e MOLINA 2004, p.61).

A expansão do modo de produção capitalista, no entanto, trouxe para o espaço rural, dentre outros problemas, o enfraquecimento e a desestruturação da agricultura familiar. Queiroz (2011) considera que a modernização tecnológica dos meios de produção capitalista penetrou na área rural em consonância com os interesses dos grandes

proprietários de terra e latifundiários, em função da obtenção do lucro.

As políticas agrícolas privilegiaram os grandes produtores e as culturas e atividades destinadas à exportação, enquanto o agricultor familiar, apesar de contar com poucos recursos, durante muito tempo dependeu apenas de seu esforço e trabalho para sobreviver e se manter na terra (SILVA, 1982). A precariedade de acesso ao crédito rural, à educação, à saúde e a outras políticas públicas, que pudessem beneficiar esse segmento social, foi aos poucos convencendo o próprio homem do campo que o espaço rural é um lugar atrasado e que não poderia oferecer um futuro digno aos filhos.

Segundo Queiroz (2011), sem acesso à modernização, a construção do imaginário do sujeito inserido neste contexto, principalmente os jovens, identifica a cidade como uma possibilidade para a obtenção de melhores condições de vida. O deslocamento para as áreas urbanas torna-se uma tentativa de adquirir profissão, emprego, carteira assinada, estabilidade financeira, continuação dos estudos e expectativa melhor de futuro.

As características da educação dirigida às pessoas que vivem no campo configuram-se também como aspectos importantes da sucessão dos agricultores familiares. O tema é bastante complexo, pois não basta uma educação de qualidade, que respeite a cultura e os saberes da população rural, a fim de evitar a migração dos jovens para as cidades. As causas da saída dos jovens são múltiplas, mas não há dúvida de que os conteúdos e métodos da educação influenciam a maior ou menor intensidade desse processo.

Análise realizada por Menezes et al. (2008) constatou que parte dos jovens assentados da Paraíba frequentava a escola como uma forma de se preparar para sair do assentamento, e não como uma forma de capacitação à profissão de agricultores e futuros sucessores nas atividades de produção agrícola. O conhecimento que tinham acesso não valorizava e às vezes nem tratava das questões cotidianas de seu trabalho e vida, como também verificou Spanevello (2005) dentre agricultores familiares do Sul do Brasil.

Carneiro (2005), baseando-se em dados de pesquisas realizadas no Estado do Rio de Janeiro, reforça a ideia de que:

(...) a associação entre estudo e emprego é também generalizada, sendo o estudo encarado como a condição para, no falar de um jovem, 'ser alguém na vida', o que significa fundamentalmente não ser agricultor (CARNEIRO, 2005, p. 249)

Queiroz (2011) também comenta a relação entre a evasão escolar no meio rural e a busca de melhores condições de vida na cidade, o que, no entanto, nem sempre se torna realidade:

(...) a evasão escolar de adolescentes, jovens e adultos no espaço rural, muitas vezes, está associada ao processo migratório para as grandes metrópoles em busca de uma vida melhor: profissão, emprego, estabilidade financeira, continuação dos estudos (2º e 3º graus), dentre outros fatores. Mas, nem sempre os objetivos almejados são realizados; quase sempre vão morar nas regiões periféricas das cidades, expostos a violência, drogatização, superexploração da força de trabalho, assalariamento, não garantia de direitos trabalhistas, informalização, dentre outros, levando-os a sofrerem cotidianamente um processo de marginalização e exclusão social nos espaços urbanos (QUEIROZ, 2011, p.10).

A educação do campo visa, por meio da revalorização dos conhecimentos e modo de vida rural, mostrar que permanecer no campo não significa mera falta de alternativas, mas pode ser parte da construção de um projeto de vida digno e de qualidade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Rural São Joaquim (EMRSJ), na Unidade Polo, localizada a 60 km do núcleo urbano do município de Selvíria, na região Nordeste do Estado do Mato Grosso do Sul (MS). O prédio em que atualmente está instalada a escola situa-se em uma área comunitária do Assentamento São Joaquim, doada pela Associação dos Produtores desse Assentamento. Em 2011, na época da pesquisa, a escola atendia ao Ensino Infantil,

Fundamental e pela demanda da comunidade passou a atender aos 1º e 2º anos do Ensino Médio.

A escolha da EMRSJ, para realizar a pesquisa, ocorreu por alguns fatos ligados a esta escola: situa-se a 60 km do núcleo urbano mais próximo (o que não permite ou dificulta o deslocamento diário seja das famílias, seja dos professores para a cidade); foi objeto de uma ampliação significativa das séries atendidas (até 2009 era apenas uma extensão escolar que recebia alunos dos 2º ao 5º anos); e uma parte dos professores participou de um curso do Programa Escola Ativa do Ministério da Educação que adota as diretrizes da Educação do Campo.

A pesquisa consistiu em visitas à escola, no início do mês de junho e no mês de agosto de 2011. Visou conhecer as características do local, os professores e a rotina do estabelecimento, por meio de observações diretas, coleta de dados via aplicação de questionários e realização de entrevistas. Dentre o total de 234 alunos (junho de 2011) da Escola São Joaquim, 63 alunos responderam ao questionário da pesquisa, sendo 15 alunos do 4º ano, 17 do 5º ano, 19 do 8º ano e 12 do 9º ano.

A escolha destas séries foi porque as duas primeiras (4º e 5º anos), embora sejam ainda crianças, já foram alfabetizados e conseguem entender as questões propostas e expressar-se por escrito; enquanto os 8º e 9º anos são compostos por alunos que já se encontram na adolescência e poderiam ter uma visão diferenciada do rural. Essa investigação foi feita por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas, as primeiras para coletar dados das características gerais dos alunos e as últimas para verificar a percepção dos alunos sobre o lugar onde moram e sobre o futuro que almejam em termos de vida e profissão. No caso dos alunos dos 4º e 5º anos, também foi pedido que fizessem um desenho retratando a vida deles no campo.

A análise quantitativa dos dados foi realizada por meio da tabulação dos mesmos e confecção de tabelas e gráficos que permitiram visualizar com maior clareza os resultados obtidos. O tratamento das informações de

caráter qualitativo e dos desenhos dos alunos deu-se por meio da análise de conteúdo, tendo como referência a concepção teórico-metodológica sobre educação adotada nesse trabalho.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JOAQUIM POLO

A Escola Municipal Rural São Joaquim Polo foi instalada em uma casa no Assentamento São Joaquim. Esta casa tem uma construção muito bonita, com varandas em “L” e foi adaptada para tentar oferecer um ambiente adequado para os alunos. As salas de aula contêm carteiras, mesa para o professor, lousa branca e ventilador. A Escola possui também uma sala de computação com sete computadores, cozinha e uma varanda para os alunos fazerem as suas refeições e um pátio interno. Há, porém, deficiências, pois são nove salas para atender aos 240 alunos, distribuídos em 20 turmas (11 no período matutino e 09 no período vespertino). A falta de espaço para atendimento de todas as séries fez com que a direção da Escola deslocasse o Ensino Médio (1º e 2º anos) para uma dependência (casa antiga) fora do corpo da escola que fica no mesmo terreno e a poucos metros. Entretanto, este prédio está em situação muito precária (paredes com rachaduras, sem pintura, banheiro em estado precário, teto sem forro e com goteiras), mas foi a única maneira encontrada pela direção para atender aos alunos do Ensino Médio. Os livros ficam em estantes em um corredor que dá acesso às salas de aula e é usado o terreno em frente à escola para os alunos realizarem as atividades esportivas.

A grande maioria dos professores que leciona na Escola Municipal Rural São Joaquim Polo é procedente da área urbana, sendo 80% da cidade (Selvíria, Ilha Solteira e outras) e 20% residem nos assentamentos e em um sítio próximo à escola.

Um aspecto importante é que os professores não foram designados contra a vontade, mas selecionados e convidados para assumir as aulas na EMRSJ e a grande maioria

declarou se sentir satisfeito em atender a este público. Porém, pelo fato desta escola estar localizada a 60 km da cidade de Selvíria e a 70 km da cidade de Ilha Solteira (cidades em que reside a maioria dos professores) e a estrada de terra permanecer quase todo tempo em estado de conservação não adequado (quando chove fica intransitável para alguns tipos de veículos) obriga 80% dos professores a permanecer na escola durante a semana (segunda à quinta). Sexta-feira é usada como Tempo Comunidade que é composto por atividades desenvolvidas pelos alunos em espaço externo à escola, geralmente em seus locais de moradia. Consiste em trabalhos de pesquisas, leituras e redação, com acompanhamento, avaliação e registro de frequência feito pelo educador (ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JOAQUIM PÓLO E EXTENSÕES, 2011b).

Os dormitórios dos professores são improvisados nas salas de aula, colocando-se colchões sobre as carteiras escolares, como forma de diminuir o risco de picadas de animais peçonhentos como cobra, aranha e escorpião, já encontrados no interior da escola. Também outra dificuldade que os professores encontram é a falta de meio de comunicação, pois não há telefone fixo, os celulares não funcionam e não há acesso à internet. O único telefone que era usado pelos professores, em 2011 (época da pesquisa), ficava em um bar rural cerca de 2 km de distância.

A ampliação dos níveis de ensino da escola, para atender as demandas das famílias assentadas, pela administração municipal demonstra que esta buscou atender as demandas e também fez um esforço de capacitação do corpo docente. No entanto, as características da infraestrutura da escola, marcada pela precariedade e improvisação, mostra a mesma situação descrita por Hage (2006) e Beltrame (2010) sobre as escolas situadas no campo.

4 CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS DE 4º E 5º ANO

Os alunos pesquisados que frequentam os 4º e o 5º anos tinham idades entre nove e 13 anos (Figura 1). A idade considerada ideal

para frequentar estas séries situa-se entre 09-10 anos para os alunos do 4º ano e 10-11 anos de idade para os alunos que estudam no 5º ano. Observou-se que 78,13% dos alunos estão com idades adequadas à série que cursam, enquanto os demais (21,87%) estão com um ano de defasagem. Do total de 32 alunos, dos 4º e 5º anos, 12 alunos são do sexo feminino e 20 do sexo masculino.

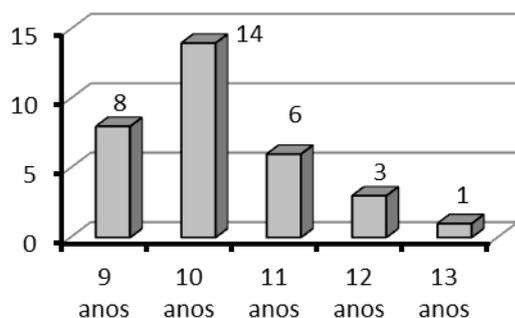


Figura 1: Número de alunos dos 4º e 5º anos em função da idade, na Escola Municipal Rural São Joaquim (EMRSJ).

A grande maioria destes alunos (20) é de procedência dos assentamentos instalados nas proximidades da escola e que motivaram a criação da mesma. Nas fazendas da região moram 11 alunos e um aluno reside em uma chácara (Figura 2). De acordo com a diretora, a maioria dos alunos com defasagem em relação à série são crianças cujos pais passaram vários anos acampados e durante parte desse período as crianças não puderam frequentar nenhuma escola.

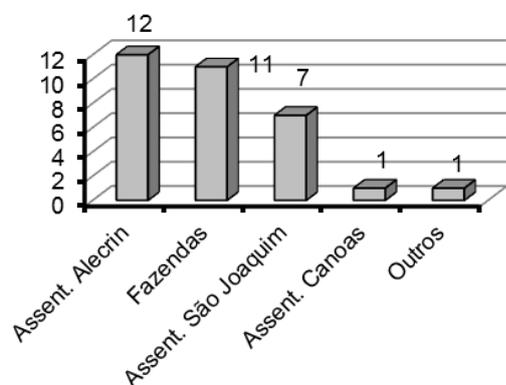


Figura 2: Local de moradia dos alunos dos 4º e 5º anos da EMRSJ.

Ao responderem sobre qual atividade gostariam de exercer no futuro, foram citadas várias profissões pelos alunos dos 4º e 5º anos. A profissão mencionada com maior frequência, por seis alunos, foi a de veterinário, enquanto cinco alunos gostariam de ser fazendeiro, quatro alunos pretendiam ser jogador de futebol, três alunos optaram pela profissão de professor, dois alunos gostariam de ser policial e, dois, curiosamente, disseram que pretendiam ser astronauta (Figura 3). Outros 11 alunos escolheram profissões diferentes destas (agricultor, promotor, tratorista, coordenador pedagógico, advogado, piloto de motocross, piloto de avião, caminhoneiro, dentista e doutor – aparentemente se referia a médico), o que mostra a grande diversidade de interesses. Deste total de 32 alunos, 59,37% indicaram profissões não relacionadas ao setor agropecuário, enquanto 40,63% escolheram profissões relacionadas ao setor agropecuário. É significativo que somente um aluno citou a profissão de “agricultor” que é a condição que define melhor o trabalho dos pais, enquanto cinco mencionaram “fazendeiro”, ou seja, alguém que tem uma extensão grande de terras e, via-de-regra, apenas gerencia o trabalho de funcionários. Do total de alunos, apenas um aluno indicou mais de uma profissão.

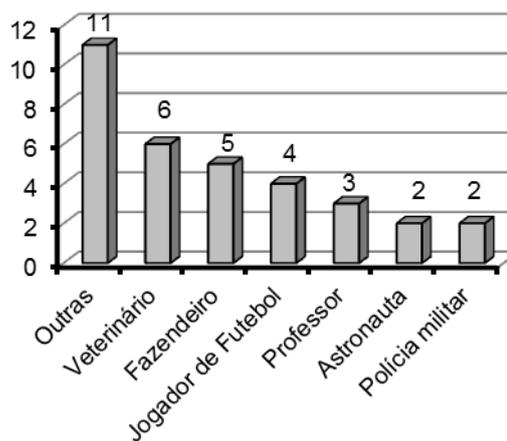


Figura 3: Profissão que os alunos dos 4º e 5º anos da EMRSJ pretendem exercer.

Em relação ao local que pretendiam morar quando se tornarem adultos, a maioria (56,25%) dos alunos dos 4º ano e 5º anos respondeu que gostaria de residir em cidades e

um deles afirmou que desejava morar fora do país. Entretanto, um percentual significativo de 37,5% dos alunos mencionou que gostaria de viver no campo, enquanto 6,25% dos alunos morariam onde pudesse exercer a sua profissão. Cabe destacar, contudo, que, das respostas analisadas anteriormente, ocorreram diferenças importantes entre as duas séries: enquanto nove alunos (60%) do 4º ano afirmaram que pretendiam residir no campo, somente três alunos (17,65%), dentre os alunos do 5º ano, indicaram a área rural como sua preferência em termos de moradia (Figura 4). Dentre os alunos que pretendem continuar a morar no campo, cinco alunos responderam de forma genérica “zona rural” ou “no campo”; quatro alunos disseram que pretendiam permanecer no assentamento/lugar onde vivem (no caso o Assentamento São Joaquim e Alecrim); três alunos gostariam de morar em fazenda e dois alunos disseram que residiriam onde estiverem trabalhando, exercendo suas profissões.

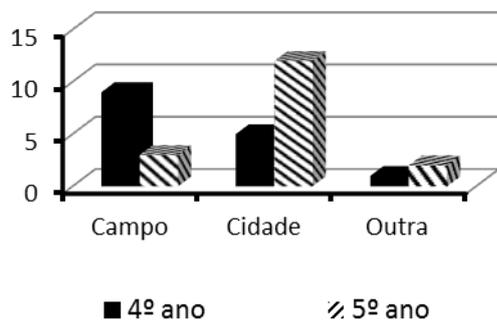


Figura 4: Local que os alunos dos 4º e 5º anos da EMRSJ pretendem morar quando forem adultos.

Observa-se um percentual muito próximo entre aqueles que desejam exercer uma profissão ligada à agropecuária (40,63%) e aqueles que pretendem continuar a morar no campo (37,5%), nessa faixa etária.

Sobre o que mais gostam da vida no campo, dentre os 32 alunos pesquisados dos 4º e 5º anos da EMRSJ, 62,5% mencionam apenas um aspecto que gostam na vida do campo e 37,5% dos alunos indicaram mais de um aspecto. A análise das respostas permite verificar que há forte ligação dos alunos desta faixa etária com a vida no campo, em seus diversos aspectos, o que inclui o lazer, mas também o trabalho, a relação com os animais,

com as plantas e a natureza em geral (Figura 5). Possivelmente, essa identidade, em parte, é resultado do trabalho pedagógico desenvolvido na escola, pois os alunos desta faixa etária têm aulas com professores que, em sua maioria, participaram do curso do Programa Escola Ativa que propõe o desenvolvimento de disciplinas vinculadas à realidade do aluno e à valorização do meio em que este vive.

Os aspectos que os alunos dos 4º e 5º anos mais gostam da vida no campo referem-se ao lazer característico do meio rural, citado por 20 alunos (como andar a cavalo, pescar e tomar banho em cachoeira/rio). Oito alunos afirmaram gostar de trabalhos agrícolas (manejo e criação do gado bovino, tratar dos cavalos, carpir, molhar a horta); sete alunos mencionaram gostar de animais e produtos do campo (das frutas, dos animais), quatro de aspectos ligados à natureza (das árvores, do aroma das flores, do ar fresco, do ar puro) e três alunos indicaram aspectos ligados ao lazer em geral (descer de tirolesa, brincar com os amigos, andar de bicicleta). Outros aspectos como a escola, o local de moradia, as crianças e de ajudar a avó foram citados por cinco alunos (Figura 5).

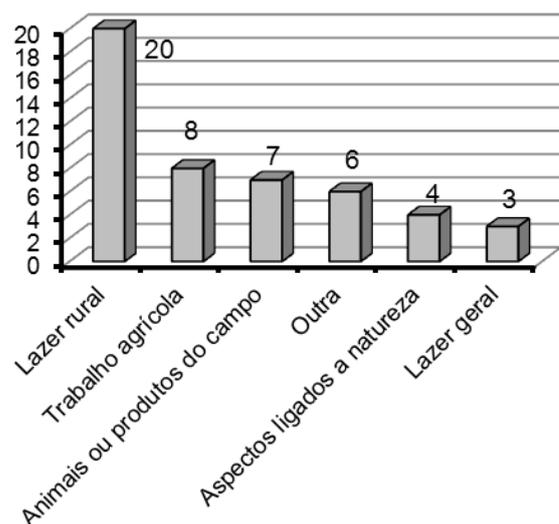


Figura 5: O que os alunos dos 4º e 5º anos da EMRSJ, mais gostam da vida no campo.

Em relação ao que menos gostam na vida no campo ocorreu grande diversidade de respostas (Figura 6). Dos 32 alunos pesquisados dos 4º e 5º anos, 11 alunos

mencionaram que não gostam de trabalhos agrícolas (limpar o quintal, de carpir, de trabalhar, fazer cercas, ir para a roça, tirar leite, arrancar brotos, aguardar a horta, tratar dos porcos); cinco alunos mencionaram aspectos ligados às adversidades da natureza (seca, calor, “mudanças da natureza”, insetos); três alunos afirmaram que não gostam de aspectos ligados ao lazer tipicamente rural (andar a cavalo e pescar); também, três alunos citaram não gostar de andar de ônibus, pois passam mal, enjoam (este aspecto não é próprio do campo, mas da condição de estudantes que moram longe da escola); e outros três alunos disseram não gostar de animais e outros produtos do campo (dos porcos, de andar de carroça). Ainda outros seis indicaram aspectos gerais, não exclusivos da vida no campo (vizinho chato, andar a pé, “dos homens por que eles matam os animais”). Neste caso, apenas dois alunos citaram mais de uma resposta.

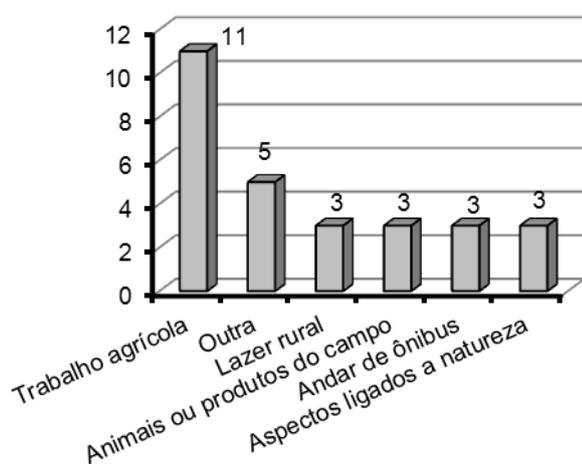


Figura 6: O que os alunos dos 4º e 5º anos da EMRSJ, não gostam da vida no campo.

Estes dados mostram que um percentual significativo dos alunos desta faixa etária gosta de viver no campo e de profissões relacionadas ao mundo rural, mas isto não indica necessariamente que gostam das condições de trabalho que seus pais enfrentam no dia a dia, como se depreende das profissões (cursos superiores ligados à agropecuária) e/ou da condição social que almejam alcançar (fazendeiro).

Brumer (2006) e Silvestro et al. (2001) mencionam que as dificuldades de reprodução social dos agricultores familiares, pela escassez de terra e de condições mínimas para produzir, são barreiras concretas em relação à permanência do jovem como agricultor, mesmo quando este assim o deseja.

4 CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS DOS 8º E 9º ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JOAQUIM

Foram também aplicados questionários a 31 alunos que cursam o 8º e o 9º ano do Ensino Fundamental, sendo 14 alunos do sexo feminino e 17 alunos do masculino. Os estudantes destas séries apresentam idades que variam dos 12 aos 27 anos. Apesar desta grande variação de faixa etária, 87% estão com a idade adequada ou até menor para série que cursam como é o caso de cinco alunos com 12 anos (Figura 7). Quatro alunos estão com faixa etária três anos ou mais acima da série indicada, sendo que três destes alunos são do sexo feminino, com idades de 17, 19 e 27 anos e cursam o 9º ano, enquanto um aluno do sexo masculino, com 16 anos, cursa o 8º ano.

A ocorrência de alunos com idade muito acima da faixa etária esperada deve-se à presença de algumas mães de alunos que estavam com dificuldade de ajudar seus filhos nos afazeres de casa e resolveram voltar a estudar para poder auxiliar os filhos nas tarefas (Tempo-Comunidade). O procedimento adequado nesses casos seria as mães frequentarem uma sala própria para adultos (Ensino de Jovens e Adultos – EJA), mas como a escola não dispõe desta opção de ensino, a diretora, para não excluir as mães, resolveu colocá-las nas salas regulares. As mães têm se adaptado bem ao convívio com os jovens e em dois casos a escola, percebendo o bom desempenho destas, fez um processo de reclassificação, promovendo duas das mães para a série seguinte a que haviam inicialmente se matriculado.

Os alunos pesquisados dos 8º e 9º anos que estudam na EMRSJ também são todos procedentes de assentamentos e fazendas, sendo que 61,29% (19) dos alunos são

moradores dos Assentamentos São Joaquim, Alecrim e Canoas, e 38,71% (12) moram em fazendas da região (Figura 8).

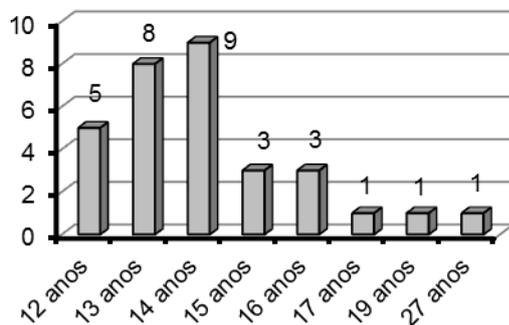


Figura 7: Número de alunos dos 8º e 9º anos em função da idade, na EMRSJ.

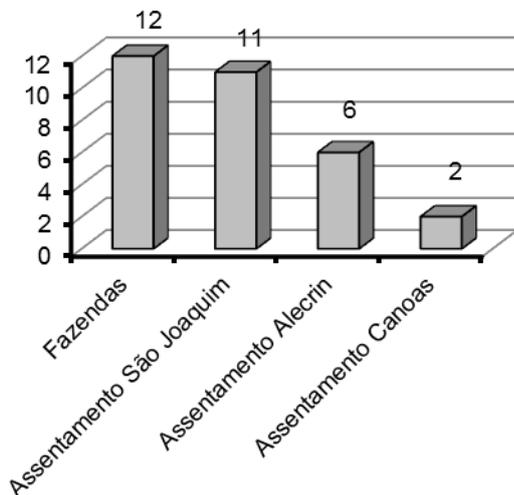


Figura 8: Local de moradia dos alunos dos 8º e 9º anos da EMRSJ.

Quanto ao que pretendiam ser quando se tornassem adultos, os alunos dos 8º e 9º anos escolheram diversas profissões. A profissão específica mais citada, assim como dentre os alunos dos 4º e 5º anos, foi a de veterinário, escolhida por dez alunos; em seguida, mencionada por quatro alunos, apareceu a profissão de médico; enquanto policial, advogado e engenheiro (civil e mecatrônico) foram profissões indicadas, cada uma, por três alunos; somente dois alunos escolheram professor e outros dois alunos a profissão de cantor (Figura 9). Com uma citação apenas, outras 15 profissões também foram indicadas pelos alunos: administrador

de empresa, agrônomo, astrólogo, bancário, biólogo, biomédico, fazendeiro, fuzileiro naval, piloto agrícola, tratorista, e até piloto de motocross e de automobilismo. Entre os 31 alunos entrevistados, nove alunos responderam mais de uma profissão que desejavam exercer no futuro. Do total das profissões escolhidas, apenas um terço são profissões que estão relacionadas ao setor agropecuário, enquanto 64,27% são profissões não-agrícolas, de modo geral mais relacionadas à vida urbana.

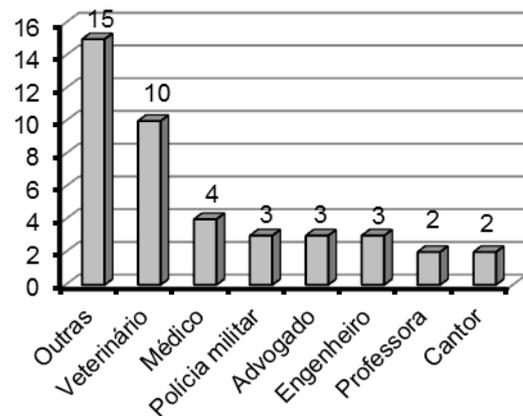


Figura 9: Profissão que pretendem exercer os alunos dos 8º e 9º anos da EMRSJ.

Outro aspecto que confirma o pouco interesse dos alunos 8º e 9º anos em relação à vida no campo é o fato de que a grande maioria (80,65%) dos alunos pretende residir na cidade quando forem adultos. Apenas seis (19,35%) do total de 31 alunos gostariam de continuar a morar no campo (Figura 10). Alguns até mencionam o nome da cidade em que gostariam de residir no futuro, sendo a maioria em grandes metrópoles brasileiras, como Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo e até do exterior (Paris). Destes 25 alunos (80,65%), dez alunos disseram que querem morar na cidade sem mencionar qualquer lugar de preferência. Algumas vezes a aversão ao meio rural é explícita, como o caso de um aluno que “gostaria de morar em qualquer lugar, menos no campo”. Apesar de todas as dificuldades, entre os seis alunos que pretendem viver na área rural, cinco moram em assentamentos rurais, o que pode indicar que as condições de vida nas fazendas também são muito precárias (entre os que moram em

fazendas predominam os filhos de empregados rurais).

O desestímulo à permanência no campo é atribuído, por Battestin (2010), à estrutura patriarcal que concede pouca autonomia aos jovens, mas também às duras condições de trabalho na agricultura e à baixa remuneração dos produtos agrícolas, enfrentadas pelos pais dos jovens enquanto camponeses.

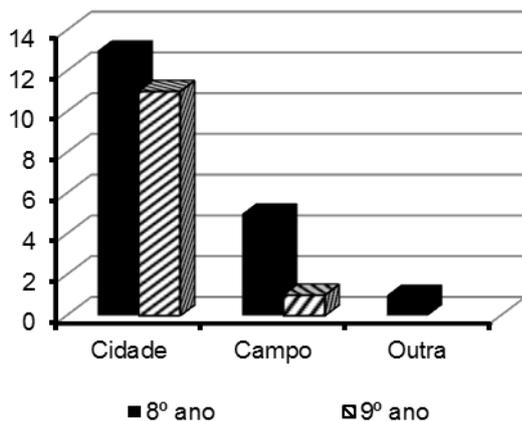


Figura 10: Local que os alunos dos 8º e 9º anos da EMRSJ pretendem morar quando forem adultos.

No caso específico dos assentamentos São Joaquim e Canoas, as dificuldades são mais severas, pois muitas famílias ainda vivem em condições muito precárias de moradia e sem recursos para iniciar o processo produtivo. Somente parte do material para a construção das moradias chegou aos lotes e até a época da pesquisa (2011) não havia sido liberado o crédito para investimento na produção (Pronaf Investimento). Esta rejeição às atividades ligadas à agropecuária era esperada, especialmente nessa faixa etária (os alunos menores ainda associam o campo mais ao lazer do que ao trabalho, pois este último quando é executado, possui um caráter lúdico e de aprendizado). O depoimento da diretora ilustra bem este fato:

(...) a maioria dos alunos que são filhos de assentados, e pelo fato de terem sofrido à margem dos acampamentos, e agora sem esta infraestrutura (...) eles pensam em se formar pelo pouco que vi, e sair, porque do jeito que está, embaixo da lona, sem alimentação, sem toda infraestrutura, e se desvia uma cesta básica, ou desvia um caminhão de farinha que seria

alimento seu [alude a possíveis desvios de recursos que seriam destinados às famílias assentadas], você perde mesmo a esperança de morar em um lugar como esse. Essa demora toda, a luz vai sair o ano que vem, nada de energia. A água não chega até a minha casa e assim acaba desestimulando. E o sofrimento mesmo no semblante do pai, atrás de um trabalho que não tem... isso desestimula também... (Informação verbal, diretora da EMRSJ, 2011).

Em relação aos aspectos que mais gostam no campo, houve grande variedade de respostas, mas nota-se que há, também, certo apego à vida no campo, especialmente às atividades ligadas ao lazer e também ao fato de considerarem que o campo lhe proporciona uma vida mais saudável, tranquilidade, o contato com os animais e com a natureza. Do total de alunos dos 8º ao 9º ano, 13 (41,94%) responderam que gostam de mais de uma atividade ou aspecto da vida no campo. Entre os 19 (61,29%) alunos que indicaram aspectos ligados ao lazer na área rural, andar a cavalo foi o mais mencionado (17 alunos). Um número significativo (10 alunos - 32,26%) respondeu que gosta do trabalho agrícola (tratar dos *bichos*, tirar leite, manejo do gado bovino, cuidar das plantas, rastelar o jardim, e outros) (Figura 11).

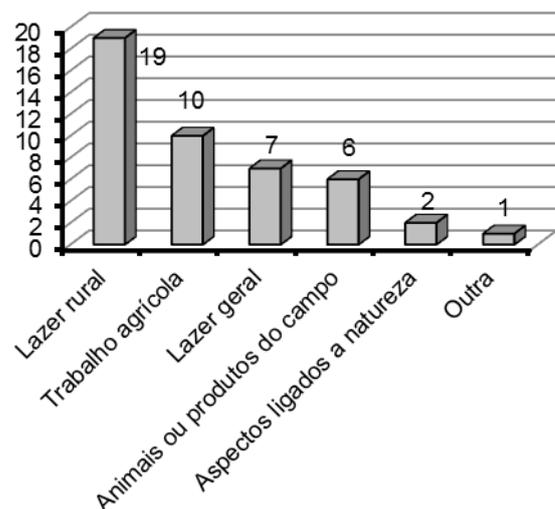


Figura 11: O que os alunos do 8º e 9º anos da EMRSJ mais gostam da vida no campo.

Formas de lazer que não são exclusivas do campo (caminhadas, jogar bola, brincar com os amigos, ver programas de TV, estudar) foram citadas por sete (22,58%) alunos;

enquanto 06 (19,35%) dos alunos declararam gostar de animais e outros produtos do campo (Figura 11).

Em relação aos aspectos que não gostam no campo houve maior convergência nas indicações: a grande maioria (80,65%) do total de 31 alunos dos 8º e 9º anos mencionou algum tipo de trabalho agrícola. Outro aspecto negativo citado por quase um terço (32,26%) dos alunos foi a grande distância de um centro urbano. Entre os trabalhos agrícolas, que os alunos disseram não gostar, foram citados: tirar leite, carpir, arrancar broto, manejo do gado bovino, cuidar do jardim, dentre outros. Nesse caso, um deles foi bastante enfático ao explicitar que não gosta de fazer “nada no campo”. Aspectos adversos relacionados à natureza (insetos, animais peçonhentos) e outras questões que são relacionadas às condições de vida no campo (ficar sem fazer nada, não *pega* telefone, acordar com o cantar dos galos) também foram mencionadas, cada uma, por três alunos (Figura 12). Entre os alunos que responderam o questionário, dez citaram mais de um aspecto que não gostam no campo.

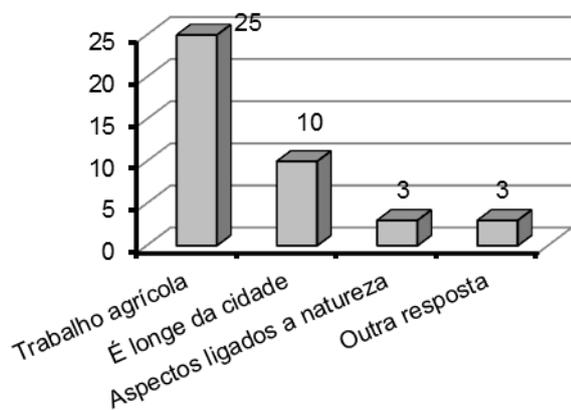


Figura 12: O que os alunos dos 8º e 9º anos da EMRSJ não gostam da vida no campo.

Embora nesta faixa etária a rejeição em relação ao trabalho e permanência no campo abrangia a grande maioria dos alunos (8 em cada 10), uma parte não-desprezível escolheu profissões ligadas à agropecuária.

Alguns autores (CASTRO, 2005; BATTESTIN, 2009) consideram que parte dos jovens não deseja um rompimento total com o rural, mas conciliar o melhor dos dois mundos:

manter a proximidade afetiva com a família e com a tranquilidade atribuída ao meio rural e, ao mesmo tempo, libertar-se do controle familiar e do pesado trabalho como agricultores, além de usufruir dos recursos de lazer da cidade. Portanto, uma educação que valorize o conhecimento e a vida rural, embora seja um aspecto fundamental para mudar as percepções dos alunos, deve ser combinada com a adoção de políticas públicas que proporcione aos agricultores familiares melhoria de renda e das condições de vida no campo.

5 DESENHOS RETRATANDO A VIDA DOS ALUNOS DOS 4º E 5º ANOS

Com o objetivo de captar a percepção dos alunos sobre a vida no meio rural, foi solicitado aos 32 alunos do 4º e 5º anos que fizessem um desenho livre, representando a vida que levam no campo. O conjunto de elementos escolhidos pelos alunos para representar esta vivência é muito significativo para entender a percepção e os sentimentos destas crianças sobre o mundo em que habitam como se pode observar pela amostra de trabalhos inseridos nas Figuras 13 a 16 (embora cada desenho seja único, foram escolhidos alguns de modo a representar diversidade dos temas expressos).

Os desenhos dos alunos mostram forte ligação das crianças com a natureza e com o local onde moram. Este fato pode ser verificado pela presença de alguns elementos recorrentes nos desenhos. Do total de alunos que buscaram retratar sua vida no campo, 19 desenharam o céu azul, com chuva ou com sol entre as nuvens ou apenas pássaros voando pelo céu. A casa da família foi desenhada por 18 alunos, cada uma com as suas particularidades, como a presença de cerca ou então sem esta delimitação do quintal. Quase todos (28 alunos) incluíram algum elemento da natureza em seu desenho; 25 alunos desenharam algum animal (cavalo, vacas, bois, porcos, jacaré, galinhas, patos, pássaros) e em nove casos são cenas da relação do homem do campo com os animais (andando a cavalo, tratando das galinhas, laçando o cavalo). A

escola onde estudam foi retratada por cinco alunos. A delimitação do espaço doméstico em relação a outros espaços aparece em oito desenhos, por meio de cercas, dividindo o espaço da casa/escola, casa/pasto, casa/estrada, casa/animais. Aspectos ligados à água (rio, lagoa) constam dos desenhos elaborados por cinco alunos; enquanto três alunos retrataram crianças brincando em seus desenhos. Alguns utilizaram o verso das folhas e outros (em menor número) fizeram um desenho menor no final da página em que haviam respondido as questões. Exceto um aluno, os demais utilizaram lápis de cor, na grande maioria dos casos empregaram várias cores, dando uma ideia de alegria ao cenário.

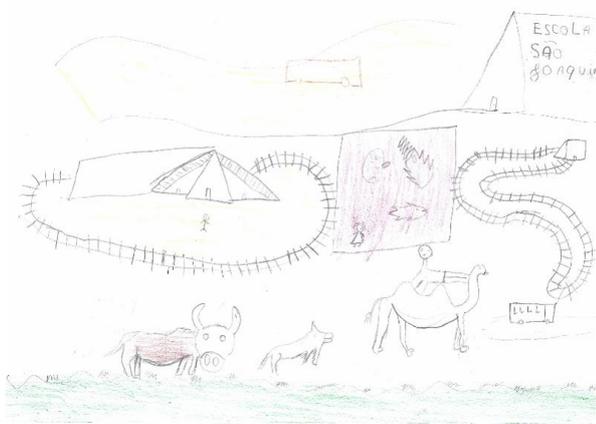


Figura 13: Desenho feito por aluno do 4º ano, com 09 anos. EMRSJ, junho de 2011.

Como o exercício foi feito de forma livre e não controlada, não é possível interpretar com maior precisão os significados dos elementos que compõe este conjunto de desenhos, mas pode-se verificar que diversos elementos presentes, que são característicos da vida no campo, marcam o imaginário destas crianças. De modo geral são representações detalhadas e com grande número de elementos, indicando a riqueza em termos de experiência que a vivência no campo proporciona, de modo geral mais rica do que na cidade.

Sant'Ana e Sant'Ana (2011), ao analisar comparativamente os desenhos de crianças moradoras da cidade e do campo que retratavam o local onde moravam, constataram que os desenhos feitos pelas crianças que

viviam no campo eram significativamente mais ricos em elementos que denotavam maior liberdade e contato com a natureza, levando ao que alguns autores denominam de sensibilização em relação ao meio ambiente.

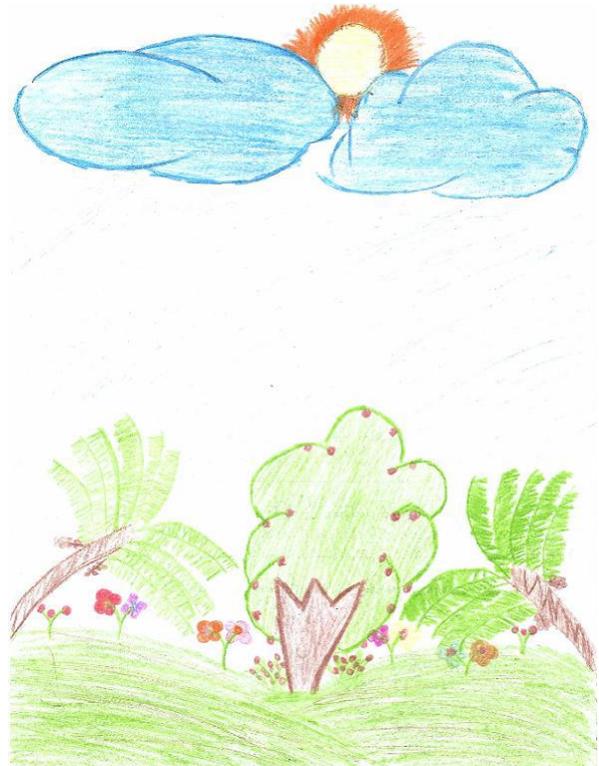


Figura 14: Desenho feito por aluno do 5º ano, com 10 anos. EMRSJ, junho de 2011.

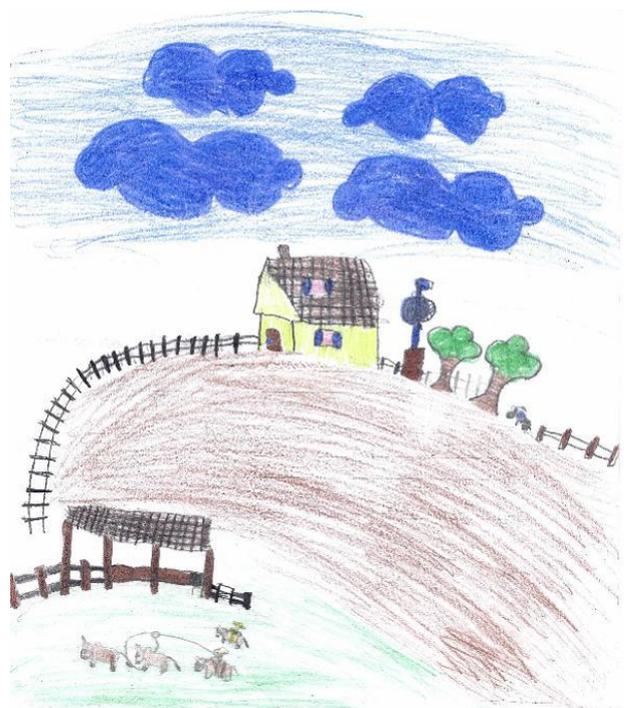


Figura 15: Desenho feito por aluno do 4º ano, com 09 anos. EMRSJ, junho de 2011.

(...) A sensibilização ao meio ambiente pressupõe um desvio do caminho habitual, é preciso perceber o mundo como uma paisagem como uma soma de estímulo, não como uma série de utensílios. (FORQUIN, citado por PORCHER, 1982, p. 26).

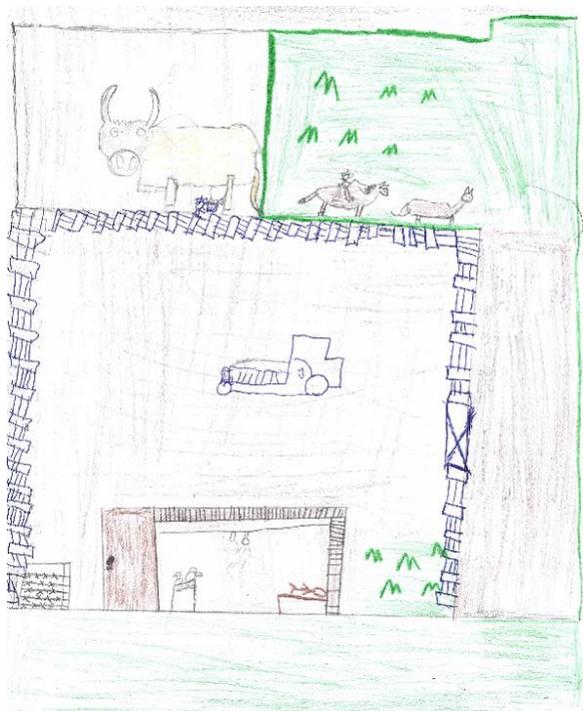


Figura 16: Desenho feito por aluno do 4º ano, com 10 anos. EMRSJ, junho de 2011.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da pesquisa mostra que os alunos, ao mesmo tempo em que gostam de alguns aspectos da vida no campo, como o contato com a natureza, com os animais, as atividades de lazer também se ressentem das deficiências de infraestrutura no meio rural, da falta de comunicação, da distância de núcleos urbanos (onde teriam outras opções de lazer) e até mesmo de condições mínimas de segurança alimentar. Este conjunto de carências leva a grande maioria dos alunos a não desejar continuar a viver no campo e a escolher profissões desvinculadas do trabalho no meio rural. Esta opção, no entanto, não é consensual, pois um percentual minoritário, mas significativo, especialmente entre os mais jovens, escolheu profissões que exigem um contato direto com o campo. Já a opção de trabalhar como agricultor parece desanimá-los, pois a

experiência de seus pais, como assentados ou trabalhadores rurais, é marcada por muito trabalho e sofrimento, mas com baixo retorno econômico e, em muitos casos, carecem de força de trabalho, pela idade e pela saúde.

Os resultados obtidos sugerem que as propostas de contextualização e valorização dos saberes do campo são fundamentais. É necessário, no entanto, que estejam combinadas com outras políticas públicas destinadas à reforma agrária (crédito, extensão rural, infraestrutura produtiva, de lazer) para que as propostas da Educação do Campo sejam mais efetivas, não fiquem somente nas intenções e diretrizes teóricas. Recriar o campo é valorizar o espaço para que esse não seja apenas visto como lugar de produção e trabalho, mas que a existência humana possa fluir naturalmente, com a abundância e riqueza (não apenas material) que este pode proporcionar.

REFERÊNCIAS

- BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES.** Viçosa (MG), 2009. Dissertação (Magister Scientiae) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal Viçosa, 2009.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007. 117p.
- BRASIL/PR. **Lei 9394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- BELTRAME, S. A. B. **Cenário da Escola do Campo.** Campo Grande: UFMS, 2010.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n.31, p. 37-49, 1997

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006. **Anais...** Quito (Equador), 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf> Acesso em: agosto de 2010.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo. In: MOLINA, M, C e JESUS, S. M. S. A. (Orgs.) **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília (DF): MST, 2004, p. 13-52.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA), 3, 2007. **Anais...** Luziânia (GO), 2007.

_____. Por uma Educação do Campo. In: SANTOS, C. (Org.). **Educação do campo: Campo-políticas públicas-educação.** Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

ESCOLA MUNICIPAL RURAL SÃO JOAQUIM PÓLO E EXTENSÕES. **Índice de desenvolvimento, ano letivo 2010.** Selvíria (MS), 2011a. 01p.

_____. **Relatório de avaliação institucional interna de 2010.** Selvíria (MS), 2011b. 09p.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In MOLINA, M, C e JESUS, S. M. S. A. (Orgs.)

Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília (DF): MST, 2004, p.53.

HAGE, S. M. A realidade das escolas multisseriadas frente às conquistas na legislação educacional. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd), 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em: 05 fev. 2011.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. A.; MARQUES, F. R. S. Juventude e Educação em Assentamentos do Brejo Paraibano. In: FERRANTE, V.L.B.; WHITAKER, D. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais.** Brasília; São Paulo: NEAD/MDA: UNIARA, 2008. p. 131-150.

MOREIRA, F. As Imagens Sociais Produzidas a Respeito da “Roça”. In: SCHÜTZ-FOERSTE, G. M.; FOERSTE, E.; CALIARI, R. (Orgs.) **Introdução à educação do campo: povos, territórios, saberes da terra, movimentos sociais, sustentabilidade.** Vitória, ES: UFES, Programa de Pós Graduação em Educação, 2009. p. 1-3, (Cd-rom).

QUEIROZ, S. G. Dilemas da juventude rural brasileira: reflexões sobre o trabalho e a educação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_03/e03c_t007.pdf. Acesso em: 03/01/2012.

SANT´ANA, D. Z. SANT´ANA, A. L. A relação entre uma escola localizada no núcleo urbano e os alunos que moram na área rural de Ilha Solteira (SP). In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 5., 2011, Campinas. **Anais...** Campinas: Feagri: Unicamp, 2011. 14 p.

SAVIANI, D. **A nova lei da Educação:** nova LDB trajetória, limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SILVA, J. F. G. **Modernização Dolorosa:** Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. São Paulo: Zahar, 1982.

SILVA, S. B. Educação do campo para os assentamentos e acampamentos rurais. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010. 1 CD-ROM.

SILVESTRO, M. L. et al. **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis (SC) - Brasília: Epagri: NEAD/MDA, 2001. 102p.

SPANVELLO, R. M. Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005. Ribeirão Preto (SP). **Anais...** Ribeirão Preto (SP), 2005. Cd-Rom

Data de submissão: 20.05.2012

Data de aceite: 12.07.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.